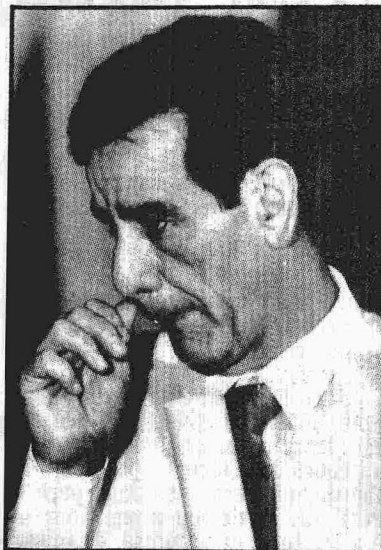


# Duas mil escolas param. As outras decidem dia 21

BELO HORIZONTE — O Presidente da Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Fenen), Roberto Dornas, afirmou ontem que cerca de 2 mil das 3.400 escolas particulares do País não poderão iniciar o ano letivo em fevereiro, caso o Governo não reveja o índice de 35% fixado para o reajuste da semestralidade. Ele informou que na reunião da Fenen com os 28 sindicatos do setor, a ser realizada no próximo dia 21 em Brasília, a paralisação poderá ser estendida a todas as escolas particulares, mas negou que o movimento possa significar um locaute contra o governo.

— Nenhum estabelecimento terá como funcionar no vermelho. O melhor é transformar as escolas em hotel e ver o que se faz depois — disse Dornas, assinalando que cerca de 3 milhões de professores e funcionários serão prejudicados com o fechamento das escolas. Segundo ele, a situação já é tão grave que em Brasília o Instituto do Lazer decidiu suspender suas atividades por dois ou três anos e alugou suas instalações. “Este caminho poderá ser seguido por outras escolas”, assegurou o Presidente da Fenen.

Sem perspectivas de solução para o problema — “o Governo só ouviu, mas não levou em conta nossas reivindicações” —, Dornas disse que apenas em Minas entre 400 mil e 500 mil alunos ficarão sem aulas em fevereiro, com o fechamento de 60% das escolas particulares de 1º 2º e 3º graus. Para ele, a alternativa para a



Dornas: paralisação não é locaute

crise seria a adoção de aumentos variados, que levassem em conta os custos de cada curso, com um teto mínimo, hoje, de 80% de reajuste da semestralidade.

Ainda aguardando definições mais claras do Governo, já que a Portaria do Ministro da Educação apenas será publicada na próxima semana, Dornas informou que a orientação da Fenen é para que as escolas continuem cobrando nas matrículas os valores provisórios estabelecidos. Descartou, contudo, a possibilidade que elas pratiquem a “desobediência civil”, estabelecendo índices de reajustes da semestralidade superiores

aos 35%. “O melhor é fechar”, reafirmou Dornas.

Em Santos, o Presidente da Associação Nacional das Escolas Superiores, Padre Waldemar Valle Martins, acha que o reajuste concedido pelo Governo para as Universidades particulares deixa as entidades em uma situação que “ainda não é desesperadora, mas é bastante difícil”. Para ele, será necessário um novo realinhamento de preços para o segundo semestre do ano, acompanhando a inflação do primeiro semestre e levando em consideração ainda o reajuste dos salários dos professores em março próximo.

— O índice de 35% está baixo para enfrentar o aumento de custos ocorrido no último semestre de 86 e se nas escolas de Primeiro e Segundo Graus será fácil negociar o percentual extra de 15%, nas escolas superiores isso será praticamente impossível. A organização e o espírito de grupo é muito maior e mais acirrado na Universidade. Na opinião de Valle Martins, a única maneira das escolas suportarem a situação atual é estagnando o nível de ensino, cortando todos os investimentos. O Presidente da Anesc disse que a entidade que preside defende, há cerca de três anos, uma subvenção para as universidades sem fins lucrativos, como as católicas, mas considera “um suicídio” a possibilidade, aventada por alguns reitores, de não reiniciar as atividades em março. “Devemos pensar equilibradamente, pois fechar um Universidade é algo muito sério, de muita responsabilidade”.